Algumas causas de evasão escolar na zona rural do estado de São Paulo: uma esquematização*

*Evaristo Marzabal Neves***
*Maria Ignez Guerra Molina***
*José Molina Filho***
*Ricardo Shirota****

1. Introdução; 2. Breve revisão de literatura; 3. Uma esquematização da situação atual da clientela da escola rural no estado de São Paulo.

1. Introdução

A quem cabe a responsabilidade pela alta evasão escolar e pelos altos índices de analfabetismo na zona rural do estado de São Paulo? Está aberto o debate.

Educadores, pedagogos, sociólogos, assistentes sociais, economistas, engenheiros agrônomos e outros profissionais têm-se debruçado sobre estes problemas, principalmente a partir de meados da década de 70, procurando encontrar as causas que têm levado a escola rural elementar a resultados pouco favoráveis em termos de alfabetização.

Muita controvérsia existe atualmente sobre o papel da escola elementar no meio rural. Dos diversos estudos e pesquisas que tivemos oportunidade de analisar tem ficado evidenciado que, entre outras, duas correntes abrem discussões: uma direciona o problema à escola em si mesma, isolada de seu contexto, como a grande responsável pela situação educacional do meio rural; outra relaciona a adequação ou inadequação do ensino rural como resultante de uma problemática econômica e social mais ampla que a própria escola.

* Trabalho apresentado ao Ciclo de Seminários sobre Meio Rural e Educação, promovido pelo Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, de 25 a 27 de agosto de 1981.

** Professores no Departamento de Economia e Sociologia Rural da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo.

*** Estudante de agronomia na ESALQ-USP, estagiário no Departamento de Economia e Sociologia Rural.

A primeira corrente busca suas causas, entre outras, na transposição da escola urbana, nos professores que amiúde têm formação urbana, no calendário escolar geralmente idêntico ao urbano, não respeitando as características peculiares da agricultura, e nos métodos de ensino que não estão identificados com a vida da comunidade rural.

A segunda corrente, que tem ganho ultimamente muitos adeptos – estamos entre eles – não isenta a escola de responsabilidade; outrossim, dão maior abrangência ao problema vendo a escola inserida num contexto mais amplo, isto é, a par dos problemas da escola em si, responsabilizam com maior ênfase a composição da mão-de-obra na agricultura e suas relações de trabalho, a evolução de algumas culturas, os processos migratórios, os salários rurais, a estrutura fundiária, a inaplicada legislação trabalhista, o intenso processo de capitalização na agricultura paulista e conseqüentemente alterações nas relações de produção. E baseados nesta corrente levantaremos alguns pontos de discussão.

Na tentativa de trazer alguma contribuição a este seminário, preocupado basicamente com o ensino de 1º grau no meio rural, dividiremos este trabalho em duas seções. Na primeira, uma rápida revisão e comentários de alguns estudos realizados recentemente que se preocuparam com problemas sócio-econômicos, nutricionais e de saúde na agricultura e sua interferência na vida do menor e sua escolaridade na zona rural no estado de São Paulo. Na segunda, tentaremos retratar através de um esquema a situação atual da população rural e seus reflexos no ensino no meio agrícola.

Não será nosso objetivo trazer soluções, pois ainda não as temos nem somos *experts* em educação ou metodologia do ensino. Estamos, como muitos outros cientistas sociais, preocupados com a pobreza cultural de nossa população rurícola e procurando somar esforços interdisciplinares, para levar ao campo maiores investimentos em recursos humanos. A sociedade brasileira só tem a ganhar com esta forma de investimento, mas é preciso que ele seja bem direcionado e ajustado a cada realidade. Neste sentido, estaremos reforçando o que Schultz disse: "Despesas com educação não são custos, são investimentos".

2. Breve revisão de literatura

Neste item comentaremos a interferência de diversos fatores que se refletem na clientela da escola rural.

2.1 Fatores econômicos e sociais

Parece-nos que estes estão entre os principais fatores. A pesquisa desenvolvida pela Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (FEALQ) e Coordenadoria de Es-

tudos e Normas Pedagógicas (CENP) da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo[1] verificou que "a escola rural no estado de São Paulo tem como clientela básica uma população de baixa renda com pequenas possibilidades de ascensão social. A possibilidade dos filhos dos proprietários rurais com mais posses (médios e grandes estabelecimentos) freqüentarem a escola rural é bastante remota, uma vez que seus pais se fixaram na cidade, permitindo-lhes melhores oportunidades de estudos. Na escola rural, hoje, encontramos predominantemente filhos de pequenos proprietários, de arrendatários, parceiros e assalariados permamentes e temporários que vivem da agricultura".

Os filhos destas categorias de trabalhadores são levados muito cedo ao trabalho, muitos deles em tempo integral, o que afeta tremendamente a sua escolarização. Este tipo de conclusão foi encontrada por Fukui e outros[2] quando verificou que a "utilização do trabalho de filhos menores, quer como mão-de-obra familiar, quer na forma de assalariamento, é freqüente; a ajuda em casa é também uma constante, sendo aí sobrecarregadas as meninas que, além do trabalho fora de casa, arcam com a responsabilidade pela cozinha e cuidado com irmãos menores, em grande parte dos casos".

Hoje é comum encontrar as casas fechadas durante o dia uma vez que toda a família, inclusive os filhos menores, estão no campo. Isto está ocorrendo principalmente nas áreas de plantio com cana-de-açúcar (no ano agrícola 79/80, ocupava em torno de 1/5 da área explorada com culturas no estado de São Paulo), onde predomina o sistema de colheita por empreitada ou por produção. Isto foi verificado também por Antuniassi, citado por Veltman e Martins[3] que, em pesquisa recente analisando as condições de existência e o significado social da participação de menores de 15 anos em uma agricultura em processo de tecnificação e de transformação das relações de trabalho, verificou que "nas zonas de plantio da cana-de-açúcar há escolas inteiras que fecham as portas durante o período de colheita para que todas as crianças, parte da mão-de-obra disponível, possam participar do trabalho, seja amarrando os feixes para seus pais, seja cortando elas mesmas a cana-de-açúcar". Nesta mesma pesquisa, Antuniassi verificou que em 1975 "158 mil dos trabalhadores rurais paulistas têm entre 7 a 14 anos . . . e a grande maioria trabalha com a própria família como arrendatários, parceiros ou como assalariados permanentes em grandes propriedades, geralmente no mesmo local onde o pai trabalha".

1 Neves, Evaristo M., coord. *Fatores sócio-econômicos que afetam a escolaridade na zona rural do estado de São Paulo.* São Paulo, FEALQ-CENP, dez. 1980. 176 p.

2 Fukui et alii. *Escolarização e sociedade: um estudo dos excluídos.* São Paulo, INEP/CERU, 1980. 27 p.

3 Veltman, I. & Martins, T. Na lavoura, 158 mil crianças de São Paulo. Conclusões da 33ª Reunião Anual da SBPC. *Folha de São Paulo,* 16 jul. 1981. 14 p.

Um outro estudo, desenvolvido por Singh e outros,[4] analisando pequenos proprietários rurais e demais categorias de agentes rurais no Vale do Ribeira, SP, revelou que a "distribuição percentual do tempo da criança, entre as várias atividades desenvolvidas pelas famílias de baixa renda no meio rural, começa por participar em atividades econômicas desde os 7 anos e que em termos de escolaridade por criança o tempo alcançado foi de 2, 3 anos, sendo que a participação da criança em atividades fora da propriedade rural aumentava o valor econômico de seu tempo: crianças entre 7 a 13 anos gastam relativamente mais tempo, no caso 16% a 36%, quando comparado com crianças mais velhas (12% a 20%)".

Pesquisa desenvolvida por Demartini, do Centro de Estudos Rurais e Urbanos, citado também por Veltman e Martins,[5] mostrou que 37% das crianças no meio rural entre 7 a 14 anos trabalham na lavoura. A maior proporção dentre os que não estudam mas apenas trabalham é de filhos de arrendatários ou parceiros (20,6%) e os filhos dos bóias-frias (20,5%). Com exceção dos poucos que trabalham em serviços domésticos ou no setor de serviços e comércio, o trabalho é feito na lavoura da família, sem remuneração. Alguns filhos trabalham fora, para terceiros, sem a companhia de familiares e recebendo remuneração.

Há evidências que o fator econômico é mais forte para os assalariados permanentes e temporários, impelindo-os a colocar os filhos mais cedo no mercado de trabalho. Esta pesquisa de Demartini verificou ainda que "mais da metade dos filhos dos trabalhadores temporários que trabalham o fazem durante 8 horas, enquanto o mesmo ocorre com apenas 21,4% dos filhos de pequenos proprietários – logicamente, os filhos de proprietários dispõem então de mais tempo livre para os estudos". Revela ainda que a partir dos 10 anos de idade o trabalho dos filhos vai se tornando cada vez mais necessário. Inicialmente há uma concomitância com o estudo, mas a partir dos 13 anos diminui a percentagem dos que estudam e aumenta sensivelmente a dos que só trabalham; aos 13 anos 45,4% dos jovens já trabalham e, aos 14 anos, essa percentagem sobe para 67,4%.

E nessa competição entre a renda familiar e a educação, a escola em si pode apresentar outras desvantagens como revelou Fukui e outros,[6] mostrando que "há uma dissociação entre o conteúdo transmitido pela escola e a aprendizagem para

4 Singh et alii. *Poor Rural Households, Technical Change and Income Distribution in Less Developed Countries, Brazil: A Summary.* Indiana, United States Agency for International Development – Purdue University, 195 p.

5 Veltman I. & Martins T. op. cit.

6 Fukui et alii. op. cit.

o trabalho", uma vez que os entrevistados, na amostra "independente do grau de escolaridade atingido, se consideram aptos para ganhar a vida com a experiência adquirida no próprio trabalho".

Por sua vez, pode-se imputar às condições salariais parte da responsabilidade da evasão escolar. A pesquisa desenvolvida pela FEALQ-CENP, coordenada por Neves,[7] revela que "a atração por salários maiores tem sido um dos condicionantes da mobilidade rural. São conhecidas as variações salariais no meio rural, principalmente no período que aumenta a demanda por mão-de-obra (particularmente na colheita), quando praticamente toda a família, inclusive filhos menores, se envolve em tarefas do campo". Como os salários reais na agricultura caíram a partir de 1978 para todas as categorias agrícolas (para trabalhadores residentes os salários de abril de 1980 em termos reais estavam ao mesmo nível dos salários de 1974/75, e para os volantes, com o mesmo poder aquisitivo de novembro de 1971), observaram-se oscilações em função das características das empresas agrícolas, do tipo de atividade a que dedicam e de aspectos regionais. Estas oscilações induzem ou estimulam a mobilidade da população rural para regiões de melhores alternativas, em qualquer época do ano. Estudo feito pelo Instituto de Economia e citado nessa pesquisa evidencia que regiões como Ribeirão Preto e São José do Rio Preto têm pago salários maiores em face de uma maior demanda de mão-de-obra, aumentando a competitividade por culturas como cana-de-açúcar (colheita de maio a novembro), laranja (colheita mais intensiva de julho a outubro) e algodão (colheita em março-abril), criando "frentes de trabalho mais atrativas" e incorporando mão-de-obra infantil nas operações agrícolas, o que explica o aumento do contingente de mão-de-obra nessas duas regiões.

Neste sentido a pesquisa coordenada por Neves[8] mostra a interação de uma série de fatores como a evolução da produção e área das principais explorações agrícolas, sistemas de produção predominantes (capital intensivo, em transição ou trabalho intensivo), a estrutura fundiária, o calendário agrícola, as condições salariais e a legislação trabalhista que acabam interferindo na população agrícola e na composição e mobilidade da força de trabalho rural no estado de São Paulo e, conseqüentemente, na escolaridade no meio rural.

2.2 Fatores nutricionais e de saúde

7 Neves, Evaristo M., coord. op. cit.
8 Id. ibid.

Pesquisa recente, desenvolvida por um grupo multidisciplinar coordenado por Dutra de Oliveira, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto,[9] revela que a fome e a subnutrição fazem parte da vida de centenas de milhares de bóias-frias. Analisando, há 5 anos, os hábitos alimentares e a realidade social dos trabalhadores rurais volantes, comprovaram cientificamente as carências nutricionais em uma população que trabalha em estabelecimentos agrícolas sem registro em carteira, sem férias, 13º salário e assistência trabalhista. O grupo de nutrição nesta pesquisa, analisando cerca de 400 filhos de bóias-frias e dividindo-os em três grupos: pré-escolares (2 a 6 anos), escolares (7 a 12 anos) e jovens (12 a 18 anos), verificou que estas crianças, de modo geral, têm peso, altura e capacidade física bem inferiores à média das crianças de mesma idade e nível sócio-econômico superior, pois a falta de orientação alimentar provoca grandes distorções em sua dieta. Traçando uma comparação entre os meninos de 15 anos, filhos de bóias-frias, e os de classe média, por exemplo, há uma diferença média de 20 cm na altura. Estas crianças, juntamente com seus pais, têm uma alimentação pobre (basicamente constituída de arroz, feijão, pão e, às vezes, um pedaço de lingüiça, sardinha ou ovo), podendo ser considerados desnutridos de 1º grau. Revelou ainda que os bóias-frias são na maioria analfabetos ou não chegaram a concluir o curso primário (65%). Suplicy,[10] frente a estes dados, afirma que "se formos constatar onde estavam as 6.916.000 crianças de 7 a 14 anos que não sabiam ler e escrever de acordo com FIBGE, em 1979, em todo o Brasil, verificaremos que grande parte, justamente, eram filhos de trabalhadores rurais, cujas esperanças de progresso social ainda são diminutas".

A pesquisa coordenada por Neves,[11] embora não tenha trabalhado particularmente com bóias-frias, já que abrangia a população rural (diferentes grupos de pessoas economicamente dependentes da agricultura, residindo na zona rural), verificou que "a merenda escolar tinha uma importância fundamental para os alunos estudados. Considerando-se a baixa renda das suas famílias, agregado ao fato da grande maioria deles irem ao trabalho depois das aulas, ela torna-se a refeição básica do dia para muitos deles. Viu-se mesmo o caso de crianças pequenas, abaixo da idade escolar, serem deixadas por pais bóias-frias na escola a fim de aproveitarem a refeição e o abrigo".

Este estado de desnutrição e fraqueza acaba afetando profundamente o desenvolvimento intelectual do menor no meio rural, o que, somado às condições econômi-

9 Veltman, I. Bóias-frias são subnutridos. *Folha de São Paulo,* 20 jun. 1981. p. 11. Página Ciência e Tecnologia.

10 Suplicy, E. M. Bóia-fria longe da fartura. *Folha de São Paulo,* 21 jun. 1981. p. 30. Caderno Econômico.

11 Neves, Evaristo M. coord. op. cit.

cas e sociais e aos problemas da escola em si, tem levado a altos índices de repetição quando os alunos permanecem, ou a altos índices de evasão conforme mostrou a pesquisa coordenada por Neves.[12] Em todas as regiões agrícolas de São Paulo há decréscimo constante do número de alunos matriculados da 1ª para a 2ª série, desta para a 3ª, daí para a 4ª, confirmado pela redução de número de escolas que oferecem a 4ª série.

3. Uma esquematização da atual situação da clientela da escola rural no estado de São Paulo

Na tentativa de estabelecer um esquema que retrate a situação atual, é mister lembrar alguns pontos importantes da revisão anterior.

A pesquisa coordenada por Neves[13] verificou que a clientela da escola rural provém, na maioria, de famílias com baixos salários (em média, entre um e dois salários mínimos), insuficientes para a manutenção de famílias geralmente com mais de cinco pessoas. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios desenvolvida pela Fundação IBGE para o estado de São Paulo, em 1977, mostrou que de 1.335.437 pessoas recenseadas que se dedicavam às atividades agrícolas aproximadamente 70% ganhavam até dois salários mínimos.

Um estudo do Instituto de Economia Agrícola, citado na pesquisa coordenada por Neves,[14] verificou que os volantes trabalharam de 13 a 15 dias por mês, não encontrando trabalho integral no dia-a-dia da entressafra e nos dias de chuva.

Esta mesma pesquisa mostrou a forte associação entre populações agrícolas e explorações agropecuárias, onde o caráter dinâmico da agricultura paulista tem levado à migração, em diferentes períodos do ano, um bom contingente de mão-de-obra agrícola (principalmente empregos temporários), à procura de emprego e melhores salários. A época das colheitas das principais culturas no estado de São Paulo (cana, café e laranja, que usam muita mão-de-obra na colheita, ocupavam no ano agrícola 1979/80 quase 44% da área total agricultada) demanda mão-de-obra familiar em épocas diferentes das férias escolares.

Como o trabalho na agricultura é sazonal, o chefe de família com baixa remuneração se vê obrigado a colocar no mercado de trabalho quase toda ou toda a família em condições de trabalhar, nas épocas de maior demanda de mão-de-obra.

12 Neves, Evaristo M., coord.
13 Id. ibid.
14 Id. ibid.

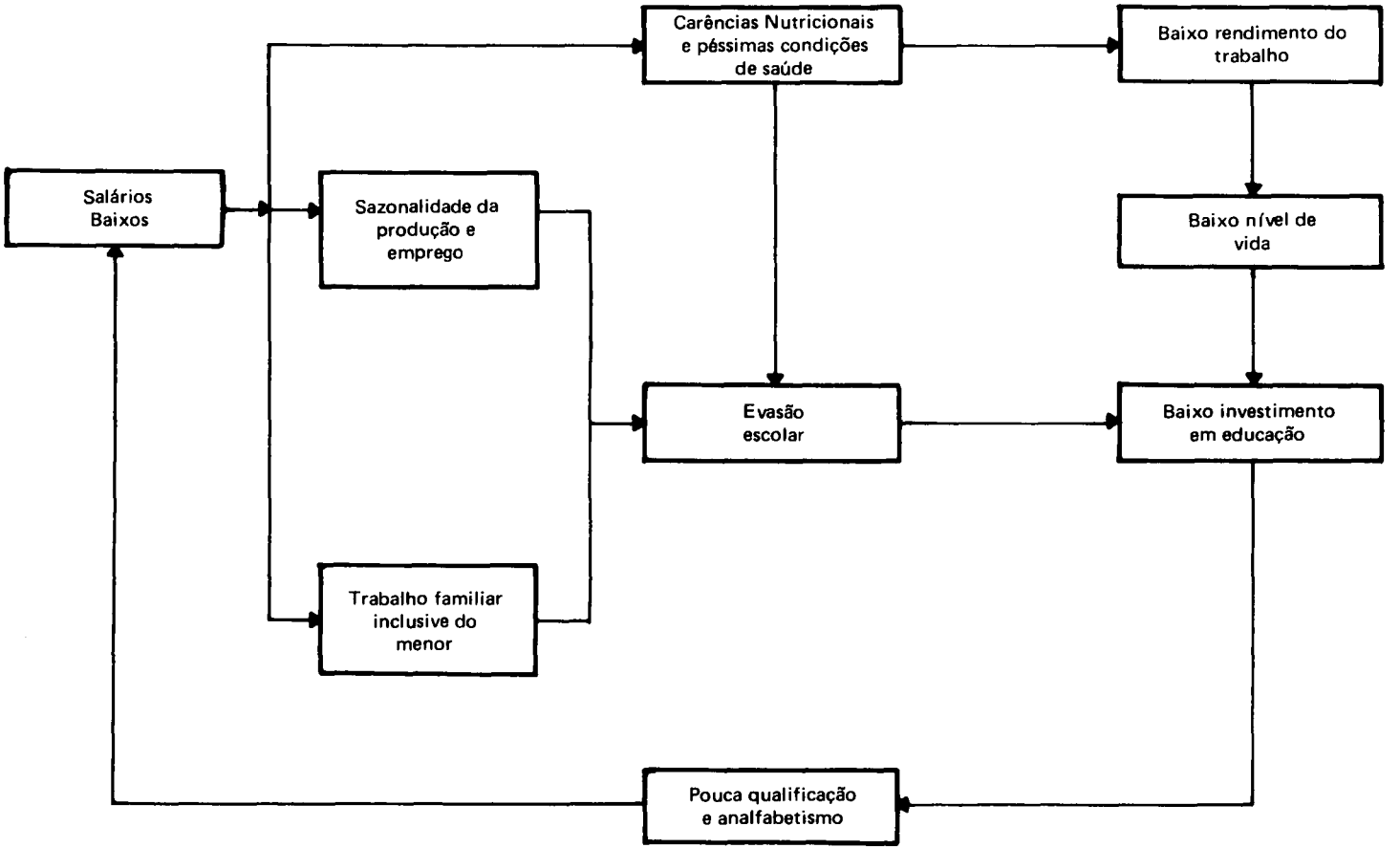
Além do trabalho temporário e falta de orientação alimentar, a população de modo geral (arrendatários, parceiros, empregados permanentes e temporários, com algumas exceções para os pequenos proprietários) é desnutrida, com baixo rendimento, com dificuldade de aprendizado, não suportando trabalho contínuo, como revela a pesquisa coordenada por Dutra de Oliveira voltada principalmente para os bóias-frias. Neste sentido, Cruz, citado por Veltman,[15] estabelece um círculo vicioso em que enuncia que a alimentação inadequada do trabalhador rural reduz sua capacidade física, o que acarreta o rendimento de baixos salários que, por sua vez, mantêm a alimentação inadequada.

Deste modo, aproveitando constatações encontradas na pesquisa coordenada por Neves, poderíamos delinear uma esquematização da pobreza cultural da população rural no estado de São Paulo com base principalmente nas causas sócio-econômicas, nutricionais e de saúde, e das características da agricultura em si que interferem na escolaridade no meio rural do estado de São Paulo.

Como ponto de partida poderíamos dizer que a clientela básica da escola rural provém de uma população carente e de baixa renda. Esta população com baixo poder aquisitivo sofre de carências nutricionais e péssimas condições de saúde. Mantidos a baixo nível de vida, e dependendo basicamente da agricultura que não oferece emprego contínuo, se vê obrigada a uma grande flutuação de trabalho e emprego. Esse emprego sazonal de parte da população rural induz à migração para áreas de maior oferta de emprego, onde a sazonalidade da produção agrícola leva a família a se empregar muitas vezes sob o regime de empreitada ou rendas por produção, prejudicando a freqüência à escola (em parte, estas famílias tentam melhorar os seus rendimentos para fazer frente aos períodos de pouco trabalho e de menor demanda de mão-de-obra, onde o seu custo de oportunidade é praticamente zero). Esta competição do trabalho (mais remunerado a curto prazo) leva a um baixo investimento em educação, onde a pouca qualificação e o analfabetismo não criam oportunidades para bons salários, permanecendo com baixa remuneração.

Esquematizando, teríamos:

[15] Veltman, I. op. cit.


Salários Baixos
Sazonalidade da produção e emprego
Trabalho familiar inclusive do menor
Carências Nutricionais e péssimas condições de saúde
Evasão escolar
Pouca qualificação e analfabetismo
Baixo rendimento do trabalho
Baixo nível de vida
Baixo investimento em educação

Este esquema, que apresenta de forma simplificada a situação do trabalhador rural sazonal, demonstra que a importância da escola para os filhos não é relevante no plano de vida da família. São os fatores infra-estruturais que, de fato, influenciam a migração, permanência em cada lugar e, em conseqüência, a escolaridade dos filhos. O atual modelo padronizado para a escola de 1º grau, tanto urbana como rural, e sua metodologia de ensino não são suficientemente atrativos para essa categoria da população rural. Não percebendo na escola que lhe é oferecida um sentido de utilidade maior, manifestado em qualquer forma de promoção individual, ou perspectiva de ascensão social, a família do trabalhador rural sazonal vem determinando suas mudanças pelas oportunidades de trabalho mais bem remunerado, o que lhe permite sobreviver, embora em péssimas condições, ao mesmo tempo que perpetua seu analfabetismo.